



RAYMUNDO FAORO ENSAÍSTA

RAYMUNDO FAORO THE ESSAY WRITER

Homero Vizeu Araújo¹

Resumo: Este trabalho procura, no primeiro momento, dar notícia da profundidade analítica e amplitude de perspectiva de dois livros clássicos de Raymundo Faoro, *Os donos do poder* e *A pirâmide e o trapézio*, nos quais Machado de Assis têm posição crucial. A seguir tratamos de analisar dois ensaios do jovem Raymundo Faoro publicados na Revista *Quixote*, os dois textos dedicados à obra de Simões Lopes Neto e de Ramiro Barcelos/ Amaro Juvenal, a demonstrar já então sua autonomia intelectual e lucidez ao estabelecer nexos entre a ficção e o processo social.

Palavras-chave: Raymundo Faoro. *Os donos do poder*. Ensaio. *Contos gauchescos*. Antônio Chimango.

Abstract: This paper first seeks to highlight the analytical depth and breadth of perspective of two classic books by Raymundo Faoro, *Os donos do poder* and *A pirâmide e o trapézio*, in which Machado de Assis plays a crucial role. We then analyze two essays by the young Raymundo Faoro published in revista *Quixote*, both dedicated to the books of Simões Lopes Neto and Ramiro Barcelos/ Amaro Juvenal, demonstrating his intellectual autonomy and lucidity in establishing connections between fiction and social process.

Keywords: Raymundo Faoro. *Os donos do poder*. Essay. *Contos gauchescos*. Antônio Chimango.

Raymundo Faoro foi um ensaísta gaúcho que se dispôs a analisar e interpretar o Brasil, portanto trata-se de uma exceção. A maioria dos ensaístas sul-rio-grandenses ou tem uma obsessão localista, ou adota uma perspectiva francamente cosmopolita, nos dois casos parecendo elidir a presença do país. *Os donos do poder*, sua obra mais famosa, publicada em 1958, é um longo e sofisticado esforço de entendimento do Brasil que remete às origens ibéricas para avaliar as relações entre Estado e sociedade, com especial ênfase no exame, mediante categorias weberianas, das elites brasileiras e seus desmandos. E com o subtítulo sugestivo de *Formação do patronato político brasileiro*.

Faoro é mais do que uma exceção no quadro intelectual gaúcho, ele é um dos representantes da ilustre confraria de autores responsáveis pela perspectiva da *Formação* no ensaísmo interpretativo brasileiro, sendo o único gaúcho numa galeria de primeiro nível: *Casa-Grande e Senzala – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, que não traz o termo no título ou subtítulo, mas está munido do mesmo espírito; *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior, estes numa primeira

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor titular do Instituto de Letras da UFRGS no departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

geração; na seguinte, o livro de Faoro figura na galeria formativa ao lado de *Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado e de *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Candido.

Como nota Paulo Arantes, trata-se de uma verdadeira obsessão nacional que, na quantidade de títulos e subtítulos aparentados, aponta uma semelhança em livros muito diversos, todos eles “títulos da ensaística de explicação do caso brasileiro” e sintomas de uma experiência intelectual comum: “na forma de grandes esquemas interpretativos, em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las, apanhava-se naquele *corpus* de ensaios sobretudo o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução. Noção a um tempo descritiva e normativa, compreende-se além do mais que o horizonte descortinado pela ideia de formação corresse na direção do ideal europeu de civilização relativamente integrada – ponto de fuga de todo espírito brasileiro bem formado.” (ARANTES, 1992, p. 229-230)²

Como se vê, esquemas explicativos abrangentes e ambiciosos que, na primeira fornada, vão do modernismo saudosista de Gilberto Freyre ao empenho marxista de Caio Prado Júnior, passando pelo modernismo crítico e exigente de Sérgio Buarque de Holanda. Faoro inclui-se no grupo dos anos 50, dividindo a cena com Antonio Candido e Celso Furtado, em companhia das mais ilustres e sofisticadas. Do ponto de vista da avaliação literária, note-se a supremacia de *Casa-Grande e Senzala*, assombrosa mistura de dissertação e de narrativa organizada por erudição monumental, experiência de classe dominante e ironia um tanto condescendente, tudo vazado em prosa modernista de primeira linha. Um feito literário ambicioso que talvez deva sua excelência à incompatibilidade dos termos reunidos: depoimento, documentação histórica, esforço crítico, saudosismo e ficção.

Ainda no âmbito da avaliação da prosa, é sensível a distância separando Faoro dos demais. Se Caio Prado Júnior e Celso Furtado apresentam uma prosa mais burocrática e adequada à argumentação sem rodeios sobre o assunto que lhes interessa, os demais são devedores dos esforços modernistas de aproximar a língua escrita da língua falada. Raymundo Faoro, o gaúcho do grupo, escreveu o seu ensaio em retórica de linhagem vieiriana, com longos e majestosos períodos que realçam o rigor da argumentação e a consistência da erudição, mas soam um tanto anacrônicos e sentenciosos. Estando o autor, na época,

² Parte importante deste ensaio foi publicado em outro texto escrito em parceria com Luís Augusto Fischer.

relativamente afastado dos centros nervosos da vida intelectual do País, fortemente ancoradas em São Paulo e no Rio, sua prosa deve mais aos clássicos lusitanos da língua portuguesa do que aos mestres brasileiros, o que não deixa de ser paradoxal no autor de um estudo definitivo sobre a obra de Machado de Assis, intitulado *A pirâmide e o trapézio* (1974) – o mais ambicioso e um dos mais preparados ensaístas gaúchos é também o responsável por um estudo clássico sobre o maior escritor brasileiro.

É crucial a contribuição de Raymundo Faoro para a análise e interpretação da obra de Machado de Assis, no mínimo porque ele dedica um longo livro a revelar e expor a qualidade e quantidade assombrosa de registro social e político elaborado pelo ficcionista. Antes de Faoro já havia algum livro e comentários e artigos que tratavam da perspectiva realista e informada de Machado de Assis, mas nada com a amplitude e articulação de *Machado de Assis: A pirâmide e o trapézio*. A fama de Machado de Assis podia oscilar um tanto na avaliação da crítica: prosador elegante e irônico, ou ainda psicólogo malicioso de personagens como Brás Cubas, Rubião e Capitu, ou também autor acima dos dilemas do seu tempo e do naturalismo triunfante, o que o levaria à posição de escritor universal e talvez cósmico. Esta sequência de perfis laudatórios foi reformulada no livro de Raymundo Faoro, que organiza e expõe a sensibilidade social e a perspicácia histórica de Machado de Assis.

Ao estudar e comentar a sociedade fluminense mas também o Brasil enquanto país, Machado revela enorme inconformismo e disposição crítica, que são ainda mais aguçados pela criatividade e sarcasmo, procedimentos que Raymundo Faoro acumula e desdobra, cruzando trechos de romances, contos e crônicas. Ora, Faoro estava preparado para essa tarefa, em boa medida, porque escrevera seu clássico *Os donos do poder – Formação do patronato político brasileiro*, que obteve uma segunda edição muito aumentada em 1973. A argumentação de *Os donos do poder*, que também já se valia de Machado de Assis em trechos decisivos, estabelece uma concepção refinada de Brasil enquanto problema, o que por sua vez rende uma análise também ambiciosa da obra machadiana. O célebre pessimismo machadiano, por exemplo, ganha traços de dispositivo de revelação dos aspectos mais nefastos e constrangedores da sociedade brasileira urbana.

Para o Faoro de 1958 já era evidente a avassaladora qualidade da informação acumulada na obra machadiana. Tanto é assim que, salvo engano, todas as referências a Machado de Assis já estavam na primeira edição de *Os donos do poder*, inclusive a referência algo sibilina ao conto *Dona Benedita*, que emerge do livro *Papéis avulsos* (1882) para encerrar o raciocínio de Faoro, como que dando o arremate machadiano para a longa análise e

interpretação dos meios, modos e desmandos dos donos do país. Abaixo o último parágrafo do último capítulo de *Os donos do poder*:

Em lugar da renovação, o abraço lusitano produziu uma *social enormity*, segundo a qual velhos quadros e instituições anacrônicas frustram o florescimento do mundo virgem. Deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem o odre rebentasse. O fermento contido, a rasgadura evitada gerou uma civilização marcada pela veleidade, a fada que presidiu ao nascimento de certa personagem de Machado de Assis, claridade opaca, luz coada por um vidro fosco, figura vaga e transparente, trajada de névoas, toucada de reflexos, sem contornos, sombra que ambula entre as sombras, ser e não ser, ir e não ir, a indefinição das formas e da vontade criadora. Cobrindo-a, sobre o esqueleto de ar, a túnica rígida do passado inexaurível, pesado, sufocante (FAORO, 2001, p. 837-8).

E note-se que *A pirâmide e o trapézio*, de 1974, encontra-se na sequência próxima da segunda edição do clássico de Faoro que é publicada em 1973, em dois volumes e drasticamente encorpada. Isto é, a ampliação e revisão de *Os donos do poder* é paralela e contemporânea da elaboração do livro sobre Machado de Assis. Que as obras se completam já está registrado no título, que remete aos argumentos de *Os donos do poder*, além de brincar com as epígrafes colhidas em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, como notou Leopoldo Waizbort, em seu extraordinário livro *A passagem do três ao um*:

Uma nota acerca do título do livro sobre Machado de Assis: *A pirâmide e o trapézio*. Uma das epígrafes do livro fala das pirâmides do Egito, algo que é imutável, mas muda; e outra do trapézio na cabeça de Brás, no qual se dependurou a ideia fixa, algo que não muda, mantém-se balançando. Ora, a chave está dada em *Os donos do poder*: as pirâmides do Egito são a sociedade, que espera por sua salvação; a ideia fixa dependurada no trapézio é o estamento, balançando sem cair nos seis séculos de história (WAIZBORT, 2007, p. 31).

Comparece aqui também um arranjo significativo, com Machado de Assis no encerramento de *Os donos do poder*, e com trecho deste livro explicando o título de *A pirâmide e o trapézio*.

Do cruzamento de citações e análises em *A pirâmide o trapézio*, monta-se um vasto mosaico de romances e contos, não excluídas as excepcionais crônicas de Machado, tudo isso a revelar o volume colossal de informações que o autor registrava e reelaborava. Mas a feição de catálogo que às vezes assume a exposição de Raymundo Faoro é enganosa ao tornar-se um tanto dispersiva e digressiva, porque, afinal, o conjunto de análises e interpretações de Faoro mostra-se dirigido pela avaliação de que o Brasil transitava de uma sociedade estamental, relativamente estável, para uma sociedade de classes, submetida à dinâmica capitalista, mais instável e dinâmica, de acordo com outro comentário de Leopoldo Waizbort, que aqui retomo

e apresento em paráfrase. Uma “transição de uma ordem solidária, para outra, a contratual”, daí decorrendo até mesmo a ruína de uma estrutura estamental guiada por critérios de honra e prestígio. Neste quadro em alteração, a obra machadiana guiou-se, segundo Faoro, pelo moralismo, no sentido de que o moralista assume, em uma situação de mudança, uma atitude de estranhamento, que comporta certa surpresa, alguma distância e alguma decepção, e às vezes amargura, mas também diversão, a depender do autor. Em Machado de Assis predominaria a decepção.

Enfim, a obra madura de Faoro ombreia com o que de melhor se produziu em matéria de análise e interpretação no Brasil do século XX, o que o torna um caso singular na cultura gaúcha. Mas antes destas obras decisivas sobre a sociedade e a cultura brasileira, o jovem Faoro escreveu alguns ensaios de notável acuidade e criatividade sobre a cultura e literatura rio-grandenses. Os dois ensaios aqui em pauta são obras da juventude (Faoro nasceu em 1925, portanto escreve os artigos na flor dos vinte e tantos anos) e apareceram originalmente na revista *Quixote*, publicada pelo grupo que atendia pelo mesmo nome e que pretendia propor novos rumos para a cultura e em particular, para a poesia no Rio Grande do Sul. “Introdução ao estudo de Simões Lopes Neto”, publicado em 1949, e “Antônio Chimango, algoz de Blau Nunes”, de 1952, são ensaios interpretativos que iluminam a cena e combinam de forma audaciosa o detalhe e a abstração. Nesses ensaios, se se percebe alguma audácia intelectual juvenil, também se nota a reflexão apurada que permite ao autor retomar, em 52, problemas inicialmente expostos em 49, numa demonstração de persistência e, por que não, de fidelidade intelectual a certos temas – e igualmente num esforço pelo diagnóstico da mesma ideia de formação, como se poderá ver. No quadro de veleitarismo acelerado da vida acadêmica das ciências humanas de hoje em dia, vale a pena chamar a atenção para as possibilidades inerentes à consolidação de problemas e assuntos.

Unindo os dois ensaios há temas e argumentos, além de uma mesma perspectiva, que cruza inteligentemente literatura e história num patamar rigorosamente inédito entre nós (com a única companhia de Augusto Meyer, da geração anterior, cronologicamente, mas de horizonte mental assemelhado), e é notável a evolução do pensamento do autor. Veja-se a argumentação em torno da figura do caudilho em um ou outro ensaio. Enquanto o estudo sobre Simões Lopes Neto, de 49, revela concepções interessantes mas um tanto idealistas, o ensaio de 52 incide forte no materialismo. Em 49, o desenho do caudilho seria marcado pelo caráter carismático, que supõe o endeusamento do herói e do chefe, fenômeno que haveria entre os castelhanos, mas não entre os sul-rio-grandenses. Segundo Faoro, a herança indígena

teria sido mais forte entre os castelhanos do que entre os gaúchos de língua portuguesa, daí o misticismo, maior lá do que aqui, que atribuiria poderes sobrenaturais aos chefes:

Don Facundo Quiroga tinha relações secretas com os deuses e demônios, e nisso acreditavam seus fiéis e os inimigos. O gaúcho rio-grandense reage com descrença e malícia ante o chefe, e se o admira é por reconhecer-lhe outras qualidades, não sejam as carismáticas (FAORO, 1998, p. 35).

Os líderes sul-rio-grandenses seriam caracterizados pelo sultanismo, estilo de dominação que, segundo Weber, move-se com desembaraço da tradição, obedecendo ao arbítrio do senhor. Nesse sentido, os sul-rio-grandenses seriam mais arbitrários e autoritários que seus símiles do Uruguai, Paraguai e Argentina:

Do sultanismo derivamos, na história de nossa formação social, para uma sociedade de homens interessados no poder e no mando, presos e guiados pelo impulso do poder. As diversas irrupções revolucionárias do pampa fizeram-se sempre por um grupo de estancieiros contra outro grupo, pela disputa do mando. (...) Pode afirmar-se que nunca possuiu o Rio Grande um governo democrático; à sorrelfa de luzidios princípios constitucionais – ou até sem isso – sempre dominou o chefe (FAORO, 1998, p. 36).

Em 1949, afirmar que não houve nem há democracia no Rio Grande do Sul é já um feito notável, mas o resto do raciocínio é que desconcerta; a sede de mando do gaúcho o transformou em um solitário, mais do que isto, em um individualista. Daí seguem-se as características de vários personagens de Simões Lopes Neto. O desconcertante é a passagem do dado sociológico de classe para o traço de caráter a definir o homem gaúcho em geral, num procedimento um tanto arbitrário mas de bom rendimento crítico: de fato, o jogo do osso, a carreira de cavalos e o a rinha de galos são jogos tipicamente individualistas. O individualista, se não vê as agruras da vida como fatos sociais, nem por isso deixa de generosamente se comover se solidarizar, o que transpareceria na perspectiva de quem narra os “contos gauchescos”.

Interessantíssima é a percepção de que em Blau Nunes, o narrador de Simões Lopes Neto, há um alegre contador de “causos” antigo, que recorda os velhos tempos, percepção que coincide com o perfil do narrador arquetípico traçado por Walter Benjamin em seu célebre ensaio de 1936, “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. E Faoro irá enfatizar a diferença entre Simões Lopes Neto e seu contemporâneo Alcides Maya, cujo regionalismo seria “procurado com fadigas”. O procedimento de Simões Lopes Neto é explorar por dentro o universo da tradição: “Ele não se conformou a ver as coisas de fora e de longe, como espectador que paga a entrada e nada tem a ver com a sorte das personagens.”

Ao passar a palavra para Blau Nunes, que se torna o narrador, Simões Lopes Neto escapa ao destino de ver o mundo gaúcho à distância e lança mão de um artifício que não soa falso justamente pelo fato de ele, Simões Lopes Neto, dominar o dialeto gaúcho e a arte de narrar capaz de dar conta da experiência correspondente. Um achado estético que só os contadores de casos antigos estão autorizados a operar, até porque Faoro insiste em que Simões de primitivo e pobre nada tem, sendo antes o pelotense culto e de família patricia, como notou Augusto Meyer em *Prosa dos pagos*.

O jovem Faoro, portanto, reconhece as virtudes da criação artística e evita sobranceiramente os equívocos do biografismo ao valorizar Simões Lopes Neto enquanto artista capaz de se identificar com seu personagem, mas a partir de sua formação sofisticada de “homem triste da saudade”, regionalista não isento de ambivalência. Se Blau Nunes é tropeiro honesto e vigoroso capaz de narrar histórias que dão conta de um Rio Grande que está a ponto de desaparecer, isto não implica afirmar que Simões Lopes Neto seja um primitivo mergulhado na tradição oral do Rio Grande do Sul. É por ser um homem de letras sofisticado que o autor pode inventar uma personagem-narrador que nem Blau. Notemos que poucos, pouquíssimos ensaístas, foram capazes de tal diagnóstico: a rigor, somente Faoro e, quase na mesma altura, Jorge Luis Borges, que em ensaio de 1932, *La poesía gauchesca*, observa que menos importante para a consecução da gauchesca platina do que a existência da matéria gaúcha foi a existência de um caráter urbano acentuado em Montevideu e Buenos Aires, argumento que, portanto, vai na mesma linha de Faoro, escapando ambos à tolice que supunha real uma impossível linhagem fluida e direta entre o *payador* primitivo, intuitivo e bruto, e o poeta gauchesco, este necessariamente um sujeito com trato intelectual que se empenha em aderir à matéria que narra.

A delicadeza e a sagacidade do ensaísta Faoro sobre a cultura sul-rio-grandense sobressaem, também, na medida em que se avalia sua afirmação de que o mundo capturado por Simões Lopes Neto está desaparecendo em contato com o mundo dos imigrantes. O mundo equestre gaúcho dá lugar a um mundo regido pelos valores da modernização, do trabalho e da vontade de vencer na vida. À luz do segundo ensaio, “Antônio Chimango, algoz de Blau Nunes”, é possível pensar até que ponto Faoro não intui um outro algoz para Blau na modernização do Rio Grande do Sul aqui encarnada pelo imigrante. E se levarmos em conta os dados levantados recentemente sobre o papel modernizador do Partido Republicano Rio-Grandense ao cumprir o ideário, positivista, inclusive mediante a degola dos adversários, é razoável pensar que a intuição de Faoro aponta para o fato de que a política oligárquica

deflagrou um processo que acelerou a ascensão da próspera região de colonização alemã e italiana à condição de polos de desenvolvimento.

Mas expliquemos um pouco mais o acerto desse segundo ensaio, que já no título insinua uma ligação inusitada para o modo dominante da crítica literária e histórica entre nós. Como se sabe, o “poemeto campestre” de Amaro Juvenal, escrito e publicado em 1915, correspondia às posições políticas e existenciais do autor, Ramiro Barcelos, a respeito de Antônio Augusto Borges de Medeiros, o Antônio Chimango que a obra trata de caricaturar. Assim, o personagem-título é, desde sua concepção literária, decalcado na vida real do presidente todo-poderoso do Estado; mas é personagem da ficção. Antônio Chimango representa a nova ordem, republicana e doutrinária, encarnada no indivíduo que ascende politicamente mediante a bajulação do chefe maior, o Coronel Prates do poema, construído sobre a figura histórica de Júlio Prates de Castilhos. O Chimango não tem méritos de gaúcho – é medroso, não sabe montar a cavalo, tem comportamento subserviente –, mas obtém o mando; com ele, transforma a velha Estância do Rio Grande num lugar perdido, em que nada mais está no lugar, em que o mato tomou conta da lavoura, em que o gado está desprestigiado.

A voz que fala no poema de Amaro Juvenal compartilha o diagnóstico feito acerca do desempenho do Chimango. É uma lamentação pelo fim de um tempo, de um mundo, de uma era. E aqui o olho agudo de Faoro soube traçar o nexos que ninguém havia ainda descoberto: este Chimango, ficcional e histórico, é o algoz de Blau Nunes, ficcional e histórico também, se bem que noutro sentido. Porque a chegada do letrado republicano ao poder, letrado pouco gaúcho segundo a opinião do poema, representa de fato o fim do ciclo heroico sulino, que comportava figuras como Blau, o peão experiente no campo e na guerra. Comportava, mas não tem mais lugar para ele. A nova ordem era impiedosa, todos sabiam, mas foi preciso o senso de Raymundo Faoro para perceber que o que a literatura estava dizendo representava mais do que lamentação – alcançou construir um depoimento de alto interesse para o traçado da mudança de paradigma na civilização do Rio Grande do Sul.

Leitor atento, Faoro nota no primeiro artigo, com foco na obra de Simões Lopes, a posição da mulher nessa literatura, ensaiando antes de todos uma interpretação psicanalítica que virá a ganhar mais importância em estudos sobre a obra de Erico Verissimo. A mulher seria aqui a encarnação da mãe natureza, generosa para dar à luz mas impiedosa ao aceitar a morte, a natureza todo-poderosa contra a qual os homens estão sempre afirmando sua disposição de lutar e capacidade de transformar. Sem fazer alarde, Faoro primeiro remete à

idealização sublimadora da mulher na lenda do Negrinho do Pastoreio, em que Nossa Senhora é a própria idealização da mãe que faz o papel de madrinha do Negrinho. No segundo momento, em *A Salamanca do Jarau*, nota que a moura encantada desperta desejo sexual e é vista com desconfiança.

Depois de examinar o universo de *Lendas do Sul*, Faoro retoma as personagens femininas em *Contos gauchescos* e dá com a ambiguidade erótica e afetiva do mundo de Simões Lopes Neto, mas não só dele. Mais, avalia no mesmo parágrafo e no mesmo fôlego a distância de classe social e a divisão erótica, numa visada crítica desassombrada e materialista a que não falta a ponta de provocação:

A sociedade de estamento aumentou a separação entre o estancieiro e o peão. Nas estâncias há duas categorias de hóspedes: os estancieiros são recolhidos na Casa Grande e os peões vão para o galpão. O mate é tomado em duas rodas: a do galpão e a da Casa Grande. O amor também se polariza em dois extremos: o sensual, plebeu, e o casamenteiro, consagrado pelo sacramento do matrimônio. A ligação sem casamento sacramental leva à desonra; o sacramento aristocratiza o amor (FAORO, 1998, p. 36-37).

Isto é, no mesmo parágrafo recusa a mitologia da democracia da campanha gaúcha e trata de denunciar a convenção social e a sexualidade masculina no contexto machista sul-rio-grandense. Em 1949!

Se pensarmos nas impressionantes figuras femininas de Erico Veríssimo e mesmo de Luiz Antonio de Assis Brasil, para remeter a um autor de temática próxima da de Erico, o comentário de Faoro ilumina a cena para além da obra de Simões Lopes Neto ao avaliar, sem concessões, as ambiguidades do universo machista gaúcho, que louva a esposa mas deseja a mulher disponível, estima a prenda mas procura a china. Sensacional resultado ficcional desta ambiguidade é Tudinha, a personagem do conto *Negro Bonifácio*, mulher fatal que deflagra uma cena de violência assassina e encerra o conto castrando o negro citado no título.

Violência que assombra um tanto o leitor moderno de Simões Lopes Neto, pois comparece de forma surda em todos os contos e de forma aberta em vários, com espancamento e mortes se sucedendo no ambiente rural mas, nesse sentido, pouco dado ao bucolismo. Faoro procura o que está por trás da violência, digamos, e encontra a vontade de mando daquele sultanismo já mencionado e que será o assunto central de *Antônio Chimango*, *algoz de Blau Nunes*. Ainda no estudo de Simões Lopes Neto:

Deve haver uma alma nas culturas, e nos grupos regionais ou subculturais. É ela que faz definir-se o tipo de organização social. No Rio Grande do Sul, até o ponto onde se permite haja um tipo regional de cultura, não se pode fugir a um traço permanente de sua orientação histórica que rompe todas as estratificações para impor-se: é o

ascendente senhorial. O domínio – o mando militar e político – é ainda a força mestra de nossa alma (FAORO, 1998, p. 37).

O leitor informado não pode deixar de reconhecer aqui o autor não do ensaio sobre *Antônio Chimango*, mas também o de *Os donos do poder*, cuja atenção está voltada para o efeito obtido na literatura mas atenção informada pelo quadro social e político, num vaivém que torna obsoleta a discussão sobre a precedência do contexto sobre o texto ao mesmo tempo que dá testemunho da possibilidade interpretativa da sensibilidade histórica e literária.

O encerramento do ensaio de 49 aponta diretamente para o tema do ensaio de 52, aquele testemunho da perseverança intelectual que rendeu, nesse caso, excelente remuneração. Depois de examinar os temas e o contexto de Simões Lopes Neto é possível estabelecer por que aqueles temas e aquele contexto desapareceram: “Em breve, outro será o Rio Grande. Uma nova fase começa a abrir-se na sua história, com a imigração. A estância será, entretanto, por muito anos, o elemento básico de interpretação da cultura e da sociedade gaúcha.”(FAORO, p. 38, 1998) Sem nenhuma concessão nossa, ao lê-lo aqui e agora, deve-se reconhecer o alcance da observação, não importa se totalmente racional ou algo intuitiva: de fato, o mundo mental do Rio Grande funciona ainda segundo a preeminência da estância, sombra ou espectro cultural que deu origem ao movimento dos Centros de Tradição Gaúcha e de alguma maneira subsumiu identidades imigrantes recentes, incorporando-as subordinadamente, numa impressionante fantasia de história. E é de salientar que em 1949, bem antes de ensaístas como José Hildebrando Dacanal, Faoro detecta uma nova virada na história local, aquela patrocinada pela burguesia oriunda do complexo colonial-imigrante, virada que demoraria pelo menos uma década ainda para se configurar plenamente, por exemplo com a ascensão ao poder máximo do Estado de um descendente de imigrantes italianos ou alemães.

Mas o algoz de Blau Nunes é Antônio Chimango, não o elemento imigrante. Faoro percebeu que não é um elemento externo da oligarquia que acaba com o mundo do gaúcho livre e mais ou menos libertário, mas o elemento presente na oligarquia, que leva às últimas consequências *o domínio – o mando militar e político* –, só que nos termos em que o ensaio de 52 aponta. Isto é, na medida em que o sultanismo se adona do poder do Estado e dita suas regras agora desta posição. Um esforço de modernização autoritária precedido da mais violenta guerra civil intra-oligárquica de que o Brasil já teve notícia, a assim chamada Revolução Federalista, uma guerra em torno da consolidação do novo regime, a República.

Ao acentuar que os gaúchos sul-rio-grandenses, ao contrário dos de língua espanhola, cedo se submetem aos imperativos da disciplina do Estado, aceitando postos e cargos e sendo mais ou menos enquadrados na ordem imperial, Faoro aponta a diferença em relação aos platinos. No Uruguai e Argentina, os gaúchos seguiam seus caudilhos que se revezavam no poder, enquanto no Rio Grande do Sul, no âmbito do Estado brasileiro, quem assume o poder mantêm-se ou faz seu sucessor. Por outro lado, a explicação de Faoro incide sobre as relações dentro da sociedade sul-rio-grandense na medida em que capta que o autoritarismo guasca se volta contra a autonomia do gaúcho livre, caudilho ou seguidor; daí a agonia do heroísmo, que não encontra mais lugar num mundo manipulado de cima por quem tomou o poder. Sem autonomia, o herói vira brinquedo.

Isto é, a partir do personagem satirizado em *Antônio Chimango* e do personagem-narrador de *Contos Gauchescos*, Faoro monta uma equação sofisticada que lança luz não só sobre as obras em questão, mas sobre a circunstância em que apareceram. “Antônio Chimango, algoz de Blau Nunes” pode ser considerado o equivalente, no âmbito da cultura sul-rio-grandense, de “Dialética da malandragem”, de Antonio Candido: o ensaio de interpretação histórica da obra literária que renova o campo de estudos e a compreensão da realidade em que aparece a obra. Que até há pouco o ensaio de Faoro tivesse permanecido pouco divulgado e pouco valorizado, é outro problema, em parte o problema da escassa repercussão, na atualidade, do excelente e já citado *Os donos do poder*.

Comparando duas obras muito desiguais, uma obra-prima (*Contos gauchescos*) e um despretenso poemeto satírico (*Antônio Chimango*), Faoro expõe as razões do autoritarismo sul-rio-grandense e seus efeitos sobre a vida campeira com suas pretensões à autonomia e à liberdade. Mais, ao expor o vínculo do autoritarismo com o poder do Estado, tem uma intuição fundamental sobre a cisão intraoligárquica e sobre o caráter particularmente sangrento da guerra que a estabeleceu: o PRR não permitiria a alternância do poder com outras fatias da oligarquia, daí o domínio sobre o aparato estatal e a longa ditadura de Borges de Medeiros, o Antônio Chimango da sátira. O algoz de Blau Nunes é também o algoz dos setores da elite que não se submetiam à lógica de um partido centralizado, modernizador e autoritário.

Saliente-se o inconformismo do argumento que situa a luta no interior da oligarquia, revela dados do antagonismo de classes (entre peão e proprietário) e denuncia o autoritarismo escondido sob a capa da ordem estatal. Mesmo os críticos posteriores da República Velha gaúcha não perceberam tal clivagem no interior da oligarquia, entre algozes e vítimas.

Havia arbítrio sem dúvida, mas o coronelismo e o parlamentarismo liberal cedem lugar às ordens emanadas do gabinete do todo-poderoso PRR, que escassos poderes concede aos caudilhos. Analisando o poemeto campestre de Amaro Juvenal, Faoro enuncia singelamente o problema:

Seria natural portanto, que o chefe do governo fosse o caudilho, capaz de comunicação humana e espontânea com o gaúcho. Para surpresa, porém, a História do Rio Grande apresenta a demarcação entre o chefe político (o caudilho) e o chefe de governo (o letrado). Essa polaridade, objetivada na sociedade sul-rio-grandense manifesta-se no conflito permanente entre o caudilho, com o seu séquito de gaúchos, e representante da ordem civil. Letrados e senhores feudais viviam em paz precária (FAORO, 1998, p. 42).

O caudilho rio-grandense seria sempre “o defensor da ordem controlado por poderes superiores”, e o platino, na sua soberania, seria um perturbador da paz. Assim, enquanto no Uruguai e Argentina o chefe de governo era também o caudilho como Facundo, Rosas e Artigas se dispoñdo a ocupar o poder e exercê-lo, seguindo a lógica de alternância entre facções da oligarquia local, no Rio Grande o caudilho se submeteria ao poder central estadual, embora a ambição de liberdade estivesse sempre latente.

O conhecedor de um pouco da história do Rio Grande do Sul diria: é óbvio as demandas irredentistas foram vigorosamente barradas com a derrota da oligarquia proprietária na Revolução Farroupilha, período em que inclusive se chega a estabelecer uma república independente no território do Rio Grande do Sul. Batida militarmente cabe à oligarquia enquadrar-se numa negociação com o Estado brasileiro que é largamente vantajosa: os insurrectos mantêm suas propriedades, têm demandas atendidas e ainda são incorporados ao Exército Imperial Brasileiro com patentes de oficiais.

Mas o óbvio custa a aparecer e torna-se interessante na medida em que o argumento de Faoro é mais sutil e remete aos “tempos das guerras platinas de independência e das guerras de fronteira dos tempos coloniais.” Já então o gaúcho platino seria basicamente um foragido das autoridades espanholas, militarizado a serviço de quanta milícia arrebanhada por caudilho aparecesse, enquanto o gaúcho do lado português tenderia a servir a chefes militares e caudilhos subordinados à autoridade central lusitana. Os grupos militares gaúchos acabavam integrados à tropa com postos militares: “Não havia distinção entre as tropas de linha e os batalhões gaúchos, distinção fecunda, no lado espanhol, em choques sangrentos. Por conveniência militar apenas, organizavam-se tropas auxiliares de cavalaria. E se houvesse

valor militar em algum elemento recrutado, o português submetia-o, distinguindo-o com uma patente militar.” (FAORO, p.43, 1998)

Note-se o procedimento faorônico – passe o trocadilho –, que enxerga na dualidade do poema e a partir dela aquele contraste entre irredentismo e subordinação, entre o caudilho mais ou menos libertário da vida campeira e o letrado urbano aboletado no poder. Assim a organização da obra é induzida pelo dado histórico, mas exige o olho do futuro autor de *Os donos do poder* para que se torne explícito que o chimango, no poema só um esperto mandão da fictícia da Estância de São Pedro, é mais do que apenas Borges de Medeiros, é o descendente de uma linhagem autoritária de representantes de Estado que tratam de dominar caudilhos e seguidores.

E quando o argumento nos leva a considerar o mandonismo como um entrave à bravura de caudilhos e à autenticidade da vida campeira, Faoro dá sinal de sua autonomia mental e nota o defeito da sátira de Amaro Juvenal, obviamente unilateral, que no seu esforço demolidor forçou na divisão binária ao opor o campeiro autêntico ao intrigante palaciano, fraco e manhoso, cujo poder origina-se de manobras áulicas, dos afagos e da subserviência ao Coronel Prates. Sem os Chimangos, nota Faoro, a vida sul-rio-grandense padeceria sob a anarquia dos caudilhos:

Não houvesse, na cúpula da hierarquia política, o letrado, para temperar o poder dos caudilhos, e estaria a Estância de S. Pedro sujeita à violência de quantos Facundos tão primários como o platino, alcançassem a hegemonia do Estado, ficando a ordem à mercê das alianças de potentados regionais. Graças ao Antônio Chimango foi possível consolidar a obra dos portugueses: prosseguir na integração do gaúcho indisciplinado e rebelde, aos padrões da cultura litorânea e citadina (FAORO, 1998, p. 45).

Sem mais, Faoro nos surpreende com o elogio do algoz, afirmando que a bravura campeira sob domínio dos caudilhos – e haveria outra? – seria uma praga particularmente daninha na sequência dos tempos e que o valor civilizatório da cultura litorânea e citadina deveria se impor, de fato, aos encantos da autenticidade que incide na indisciplina e na rebelião. Como se vê, dialética pouca é bobagem, e a inteligência do amor não se intimida diante das contradições presentes na obra e na história. O defeito da sátira torna-se revelador da perspectiva de Ramiro Barcelos, e aí entra o dado biográfico na explicação, dado usado na medida justa como o fora para o caso de Simões Lopes Neto, porque o autor da sátira odiava o autoritarismo de Borges de Medeiros por ser incompetente, não por ser autoritarismo. E Faoro cita para confirmar sua observação, o discurso fúnebre feito por Ramiro Barcelos em

honra de Júlio de Castilhos, elogiando o “governo forte” que seria capaz de corrigir as tendências anárquicas e a desordem imperante em repúblicas sul-americanas.

No parágrafo seguinte a dimensão biográfica é estendida à geração republicana a que Ramiro pertencia, toda ela muito pouco democrática. E se as intrigas palacianas são repugnantes, a fusão entre império dos caudilhos e a cultura dos letrados seria o mundo ideal, encarnado, diga-se, na figura de Júlio de Castilhos, representante de uma “ditadura de bombachas ilustrada por alguns homens de inteligência.” Vale enfatizar o andamento do raciocínio do ensaísta: da estrutura da obra literária, não necessariamente feliz do ponto de vista estético, para a crítica anti-saudosista e antigalponeira da visão do autor Ramiro Barcelos/Amaro Juvenal e daí para a constatação da ambivalência da geração republicana fundadora, o miolo do PRR, que por sinal não é citado.

Bibliografia

ARANTES, Paulo Eduardo. “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo” In: D’INCAO, Maria Ângela, SCARABÔTOLO, Eloísa, orgs. *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Cia da Letras/Instituto Moreira Salles, 1992.

FAORO, Raymundo. *A pirâmide e o trapézio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

_____. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

_____. “Introdução ao estudo de Simões Lopes Neto” In TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: FEE/ UFRGS/ FATES Editora, 1998.

_____. “Antônio Chimango, algoz de Blau Nunes.” In TARGA, Luiz Roberto Pecoits (org); *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: FEE/UFRGS/FATES Editora, 1998.

SIMÕES LOPES NETO. *Contos gauchescos e Lendas do Sul*. Edição anotada, com prefácios e nota biográfica de Luís Augusto Fischer. Porto Alegre: L&PM, 2012.

WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Recebido em: 25/08/2025; **Aceito em:** 25/08/2025.